

DUAS NARRATIVAS PARA O LUGAR DOS INDÍGENAS NAS ORIGENS DA NAÇÃO: A HISTÓRIA FICCIONAL DE MAGALHÃES E ALENCAR

 *Cristina Ferreira*^{1,2}

 *Thiago Lenz*^{3,4}

1 Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau – Santa Catarina – Brasil.

2 Doutora em História Social (UNICAMP). Professora de História do Brasil Imperial e Republicano na Universidade Regional de Blumenau – FURB; coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa – CEMOPE. E-mail: cris@furb.br

3 Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau – Santa Catarina – Brasil.

4 Graduado em História pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor de História da rede estadual de educação em Blumenau. E-mail: historialenz@gmail.com

RESUMO

História e literatura exprimem sentidos ao mundo social por meio de narrativas que subsidiam a investigação histórica, com pistas fragmentárias de suas redes de interlocução social e intertextual. Em consonância com esses pressupostos teórico-metodológicos, este artigo analisa o indianismo preconizado pelo Romantismo brasileiro, por meio do estudo da polêmica entre Domingos José Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. *A Confederação dos Tamoios* (1856), poema épico escrito por Magalhães e narrado em forma de versos, descrevia o conflito empreendido pelos índios Tamoios, no período de 1554 a 1567, contra os portugueses e sua prática de escravização indígena. O poema não teve aceitação totalmente elogiosa, com destaque para as críticas de José de Alencar que, sob o pseudônimo de *Ig*, alegou que o formato de epopeia não captava o heroísmo idealizado às personagens indígenas e às especificidades do Brasil mediante o pouco destaque atribuído às características da natureza. O ponto de convergência na abordagem de ambos era a ênfase na figura do indígena, gestada a partir de uma aproximação com os relatos de cronistas, mas por intermédio de maneiras distintas de usufruto: Magalhães adotava a fidelidade ao “testemunho”, sem a idealização, enquanto Alencar seguiu o caminho inverso e poetizou os nativos. Tais embates literários confirmaram a formulação de uma literatura romântica pautada no estudo de cronistas para a composição de textos ficcionais, demarcando a evidência da fluidez entre história e literatura no universo letrado oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Confederação dos Tamoios – Gonçalves de Magalhães – José de Alencar – natureza – indígenas.

NATURE AND INDIGENOUS IN THE POEM A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS: THE FICTIONAL HISTORY IN THE ROMANTIC BRAZIL OF MAGALHÃES AND ALENCAR

ABSTRACT

History and literature express senses to the social world through narratives that subsidize the historical investigation, with fragments of its networks of social and intertextual dialog. In accordance with those theoretical and methodological assumptions, this article aims to analyze the Indianism promoted by Brazilian romanticism, through the study of the controversy between Domingos José Gonçalves de Magalhães and José de Alencar. *A Confederação dos Tamoios* (1856), epic poem written by Magalhães and narrated in the form of verses, depicted the conflict undertaken by the Tamoios indigenous people in the period of 1554 to 1567, against the Portuguese and their practice of indigenous enslavement. The poem did not have a totally positive reception, with emphasis on the criticism of José de Alencar who, under the pseudonymous *Ig*, claimed that the epic format did not capture the idealized heroism of the indigenous characters and the specificities of Brazil, due to the lack of emphasis attributed to the characteristics of nature. The point of convergence in the approach of both was the emphasis on the figure of the indigenous, born of an approximation with the accounts from chroniclers, but through different ways of usufruct: Magalhães adopted the fidelity to the “testimony” without idealization; while Alencar followed the opposite way and poetized the natives. These literary clashes confirmed the formulation of a romantic literature, based on the study of chroniclers for the composition of fictional texts, demarcating the evidence of the fluidity between History and Literature in the literate nineteenth century universe.

KEYWORDS

Confederação dos Tamoios – Gonçalves de Magalhães – José de Alencar – nature – indigenous.

1. Introdução

No século XIX havia uma linha tênue entre a história e os outros gêneros literários, em virtude da proposição de estabelecer origens demarcatórias das nações⁵, atreladas à formulação de identidades nacionais, por intermédio da “cultura escrita”⁶. A tônica era a simbiose entre tempos históricos distintos, concretizada no formato de recomposição textual, a partir de um processo que “deforma, ignora ou esconde as contribuições de um conhecimento histórico rigidamente controlado”⁷. Sob essa ótica, os escritos literários e históricos subsidiaram uma imensidão de substratos para a investigação histórica, com pistas fragmentárias de suas redes de interlocução social e intertextual, ao exprimir sentidos e significados ao mundo social por meio de suas narrativas. Tendo como referente o real, a literatura se tornou área de interesse para os historiadores como forma de expressão de indícios verossímeis e parciais das razões e dos sentimentos partilhados por literatos e seus contemporâneos, traduzidos em forma de texto.

Nesse diálogo entre história e ficção, “a ordem social de uma época determinada” passou a comportar dimensões vinculadas às esferas simbólicas e de saber⁸. Essa mescla entre as áreas não exclui elementos de distinção e, embora a crítica literária estivesse mais interessada na questão estética, o interesse dos historiadores residia em circunscrever suas análises a partir do testemunho histórico, evocado pelos escritos literários acerca de um lugar social, por meio de um

5 NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006. p. 41.

6 Por cultura escrita entende-se um complexo de textos (canônicos, profanos, literários) de suportes, mediante os quais estes são postos em circulação, lidos e apropriados e de relações, engendradas por agentes e instituições que os legitimam e os conferem sentido. Cf. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1998.

7 CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 66-70.

8 SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, brevíário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 24.

exercício de pesquisa que envolve a relação entre o texto e uma prática analítica, combinada com elementos de ficção e realidade. Essa opção metodológica abarca uma concepção de literatura ampliada, que leva em consideração qualquer produto que tenha relação com as palavras⁹, para explorar seu contexto de produção e da interação entre o autor e sua rede intelectual. Independentemente do gênero a que um texto pertença, seu vínculo estreito com os “desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não consumidas”¹⁰ está imbricado às leituras e apropriações de outros textos feitas pelo escritor. Essa concepção está fundamentada no princípio de que as obras literárias estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no “encontro de uma proposição com uma recepção”¹¹. E, para estabelecer a relação entre o texto literário e seu contexto de produção, torna-se fundamental compreender a eficácia relativa das obras e das práticas culturais por meio dos “reinvestimentos de que elas são passíveis de ser objeto no tempo”¹².

Tal perspectiva teórico-metodológica se aplica à análise histórica sobre os debates iniciados no Segundo Reinado pelos “homens de letras”, concentrados na busca por uma característica nacional, com o intuito de desvincular, simbolicamente, o país de seus laços políticos com Portugal. Na literatura e na história, os letrados participaram ativamente desse processo com uma vasta produção escrita, e os romances, poemas e novelas gestados nesses embates políticos faziam uma extensa exposição argumentativa, no afã de analisar, intervir e transformar a sociedade em questão, especialmente no século XIX, período em que tanto a literatura quanto a história foram atuantes na constituição dos fundamentos do Brasil como nação. Esse aparato

9 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 150.

10 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 30.

11 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros...* op. cit., p. 9.

12 REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 137.

cultural envolvia romances históricos, a história erudita e monumentos públicos que se concatenavam para definir uma narrativa acerca da singularidade do Brasil, com base na estilização das características naturais do país.

Em consonância com estudos que preconizam o aprofundamento das investigações desse universo letrado, esse artigo analisa os pontos de inflexão sobre os indígenas a partir das diferentes narrativas acerca das origens da nação brasileira, na composição literária de Domingos José Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, após a publicação de *A Confederação dos Tamoios* (1856), comparativamente às *Cartas de Ig* e ao romance *O Guarani*, a partir do estudo intensivo de suas apropriações das fontes de cronistas, viajantes e historiadores. A metodologia de pesquisa histórica examina as polêmicas e conflitos em torno da formação da cultura nacional, por intermédio do estudo detalhado do poema épico escrito por Domingos José Gonçalves de Magalhães. Narrado em forma de versos, descrevia o conflito empreendido pelos índios Tamoios, no período de 1554 a 1567, contra os portugueses e sua prática de escravização indígena. O poema não teve aceitação totalmente elogiosa no universo letrado do Brasil oitocentista, a exemplo de José de Alencar que, sob o pseudônimo de *Ig*, teceu inúmeras críticas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*. Alinhado com essa opinião, também o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em carta ao imperador, considerou que *A Confederação dos Tamoios* não era representativa das honras de uma epopeia nacional.

Grande parte dos estudos dedicados a explorar a polêmica literária em questão centralizou as análises nas opiniões esboçadas por Alencar nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (1856), enfatizando o descontentamento alencariano a respeito da utilização do gênero épico na literatura brasileira, além de percorrerem as críticas direcionadas à métrica e ao estilo literário¹³. Embora os resultados

13 Nessa linha de abordagem podemos citar os trabalhos: BASTOS, Alcmemo. *Alencar, o combatente das letras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014; BORGES, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 85-114, 2011; CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas,

da pesquisa que ora se apresenta dialoguem diretamente com esses estudos, a contribuição principal deste artigo reside em uma comparação sistemática entre as principais críticas de Alencar ao poema de Magalhães, para averiguar se o autor havia sido capaz de personificar, em sua narrativa e escrita literária do romance *O Guarani*, os pontos levantados por ele mesmo em contraposição ao trabalho de Magalhães, vertente ainda inédita de abordagem. As disputas literárias de ambos estão nitidamente imbricadas à problemática central do texto, voltada não apenas à apresentação das diferenças estéticas e literárias entre o poema e o romance, mas ao questionamento sobre o lugar dos indígenas nos debates acerca da origem da nação brasileira, a partir do detalhamento comparativo das diferenças e dos ideais simbólicos suscitados pelas narrativas literárias no âmbito do romantismo brasileiro de Magalhães e Alencar.

2. A Confederação dos Tamoios e as controvérsias de um poema épico nos trópicos

Interessados na elaboração de uma história que representasse as especificidades naturais de um país tropical, literatos e historiadores envolveram-se de modo intrínseco na busca pela legitimação de uma tradição nacional. As primeiras ações consistiram em organizar acervos documentais, publicar romances históricos e textos historiográficos, além de veicular compilações de documentos ou artigos na *Revista do IHGB*. A literatura e a história, gestadas sob o embalo dos ideais românticos, defendiam a temporalização e a historicização da

2002; COUTINHO, Afrânio. Definição e caracteres da literatura brasileira. *Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, [19--]. Disponível em: <<https://bit.ly/2p9Rwgp>>. Acesso em: 10 dez. 2018; OLIVEIRA, José Quintão de. Apresentação de um jovem escritor: José de Alencar nos ensaios literários. *Remate de Males*, Campinas, v. 36, n. 2, p. 625-645, jul./dez. 2016; PEREIRA, Marcos Paulo Torres. Das cartas sobre a Confederação dos Tamoios à fundação do romance brasileiro: caminhos de um gênero nascente. *Letras Escreve*, Macapá, v. 4, n. 1, p. 53-65, 2014; RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; SILVA, Sandra Mara Alves da. O belo horrível na literatura indianista de José de Alencar. *Miguilim: Revista Eletrônica do Netlli*, Cariri, v. 3, n. 3, p. 93-108, dez. 2014.

nação brasileira e mobilizavam elementos constitutivos das ações e relações entre os homens, responsáveis por sua solidificação.

Em consonância com esses debates do universo letrado oitocentista, em 1856, Domingos Gonçalves de Magalhães publicou o poema *A Confederação dos Tamoios*, envolto nas questões de formulação de um ideal literário vinculado à consolidação do Estado nacional, com destaque para a valorização da paisagem nacional e do indígena, considerados representantes privilegiados da criação do nacionalismo brasileiro. Vinte anos antes do poema de Magalhães surgiu o primeiro número da *Nitheroy, Revista Brasiliense*, com duração efêmera de apenas duas edições, que se tornou uma espécie de marco fundador de uma literatura brasileira pretensamente desarticulada de Portugal. Seu perfil editorial reunia uma infinidade de temas ligados às ciências, letras e artes, sustentado pelo *slogan* “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”¹⁴ indicado no cabeçalho, com destaque para o tratamento dispendido ao leitor na condição de “Brasileiro amigo da glória nacional”¹⁵ e foco nos ideais de formulação do sentido de nação. Para dar vazão a esses e outros objetivos, tanto a história quanto a literatura contribuíram para marcar uma memória em estreita articulação com o processo de invenção das nações modernas¹⁶, em um elo entre nacionalismo e cultura. No primeiro número da revista *Nitheroy*, o poeta e diplomata Domingos Gonçalves de Magalhães escreveu o *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*¹⁷, debatendo questões relativas às formas literárias nacionais e à valorização da paisagem brasileira e dos nativos, temas considerados pelo autor como essenciais para a “atual Poesia Brasileira”¹⁸.

14 NITHEROY, *Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

15 AO LEITOR. *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, n. 1, s./p., 1836.

16 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 18.

17 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, Revista Brasiliense*, Paris, n. 1, p. 132-159, 1836.

18 *Ibidem*, p. 157.

Esse interesse pela natureza e pelo nativo se estendeu também às páginas de outros periódicos, a exemplo da *Minerva Brasiliense*, revista criada por Francisco de Sales Torres Homem e publicada entre 1843 e 1845. Igualmente, ciências, letras e artes¹⁹ eram seus temas predominantes e isso despertou o interesse dos integrantes do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a exemplo de colaboradores como Manuel de Araújo Porto-Alegre e Domingos José Gonçalves de Magalhães. Adicionalmente, entre 1850 e 1856, outro grupo de homens de letras fundou a revista *Guanabara*, com a participação de Porto-Alegre, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Antônio Gonçalves Dias, também dedicada a temas artísticos, científicos e literários. As duas publicações apresentavam como diretriz a valorização do indígena na literatura, proposição conhecida como *indianismo*, forjado nos ideais românticos e estruturado na personagem indígena sob a forma de herói, representante do grande projeto artístico e patriótico no Romantismo brasileiro, entre 1840 a 1870.

Tal entendimento ficou evidenciado no poema *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que narrou em seus versos o conflito empreendido pelos índios Tamoios, no período de 1554 a 1567, contra os portugueses e sua prática de escravidão indígena. Do ponto de vista literário, o poema marcou o “ápice do indianismo na poesia”, especialmente porque Magalhães elaborou “uma grande epopeia nacional, preferivelmente de assunto indígena”²⁰, enfatizando os atributos heroicos dos nativos, como o personagem Aimbire, considerado “o mais audaz entre os Tamoios”²¹. Tendo por base os relatos de cronistas, o poeta trabalhou durante sete anos até sua finalização e, mediante a leitura no paço imperial de Petrópo-

19 MINERVA BRASILIENSE, JORNAL DE SCIENCIAS, LETTRAS E ARTES. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, n. 1, 1843.

20 CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 403. (Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 5: reações e transações).

21 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Canto Primeiro. In: _____. *A Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1856. p. 15.

lis, apresentou solenemente ao monarca D. Pedro II (1855)²². Dividido em dez cantos, com 5.500 versos no formato de “decassílabos, às vezes rimados”²³, o imperador ordenou que o poema fosse publicado por Paula Brito, impressor da casa imperial.

Apesar de ter sido bem recebida por D. Pedro II, responsável não apenas pelo financiamento como também pela defesa entusiasmada da proposta de transformar os indígenas em personagens fundantes e modelares da literatura brasileira, *A Confederação dos Tamoios* não foi exatamente uma unanimidade no meio intelectual e político do século XIX. José de Alencar teceu críticas com referência específica ao que denominou de três pontos centrais a serem questionados: gramática, estilo e métrica²⁴. Entre junho e agosto de 1856 publicou oito cartas abertas, tipologia muito utilizada nos debates oitocentistas, com o objetivo de “denunciar comportamentos, instituições ou indivíduos, um movimento de propaganda a favor de uma causa”²⁵. Destinadas a um “amigo”, as cartas foram veiculadas no rodapé do *Diário do Rio de Janeiro*, jornal de importante circulação no período, sob o título *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. As missivas foram assinadas por *Ig*, pseudônimo inspirado nas “primeiras letras do nome *Iguassú*, heroína do poema”²⁶. Embora sob anonimato durante a publicação no periódico, o público leitor rapidamente se tornou ciente da identidade de *Ig* que, não sem propósito, tentou confundir os leitores quanto à

22 NOTÍCIAS diversas. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 9 fev. p. 1, 1855.

23 MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins, 1965. p. 103.

24 ALENCAR, José de. Notas. In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empresa Typ. Nacional do Diario, 1856. p. 3.

25 VIANA, Maria Rita Drumond. “*Não se pode lutar uma batalha com sussurros*”: a prática epistolar de W. B. Yeats e sua correspondência para periódicos no século XIX. 2015. 32of. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 32.

26 ALENCAR, José de. Uma palavra. In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empresa Typ. Nacional do Diario, 1856. s./p.

autoria original, alegando que vivia em uma casinha de campo e cercado de “natureza por todos os lados”²⁷.

Essa estratégia durou pouco tempo e, após “J. d’Alencar” ter assumido a autoria, declarou ter ocultado seu nome no início porque se julgava ignoto no meio intelectual, motivo suficiente para que suas ideias não fossem levadas em consideração²⁸. A maior parte dos críticos e biógrafos²⁹ corroborou o discurso do próprio Alencar acerca de sua pouca penetração no campo das letras, mas alegou que esse foi um artifício usado por ele para atrair atenção sobre si. O fato é que Alencar não era tão desconhecido quanto sua retórica desejava sustentar, afinal de contas, trabalhara no jornal *Correio Mercantil*, onde publicou o folhetim *Ao correr da pena*³⁰, com artigos que versavam sobre o teatro, questões sociais e debates políticos envolvendo a Câmara e o Senado, contribuindo sensivelmente para o aumento das vendas desse periódico³¹. Ainda em outubro de 1855 assumiu o cargo de redator do *Diário do Rio de Janeiro* e sua incursão definitiva nos círculos letrados ocorreu dois anos depois, com a publicação do romance *O Guarani* (1857), caracterizado pelo enaltecimento dos elementos nacionais brasileiros. Seu peculiar caráter nacionalista causou impacto diante das costumeiras práticas de leitura, concentradas nos folhetins estrangeiros traduzidos para a língua portuguesa. Mas, independentemente da fama literária de José de Alencar, uma coisa é certa: ele criticava duramente um membro honorário do Instituto Histórico da França que, possivelmente, pretendia usar a obra *A*

27 ALENCAR, José de. Carta Primeira (18/06/1856). In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Nacional do Diario, 1856, p. 12.

28 Idem. Uma Palavra... op. cit., 1856, s./p.

29 Cf. BASTOS, Alcmemo. *Alencar, o combatente das letras*. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2014. p. 21; MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965. p. 103; LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. p. 137-138.

30 Publicado de 3 de setembro de 1854 a 8 de julho de 1855.

31 MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Confederação dos Tamoios como pilar de sustentação do movimento de um nacionalismo estético-literário fundacional para o Brasil como nação.

Diante das polêmicas provocadas por suas críticas, J. d'Alencar considerou “dever de lealdade para com o poeta que censurei, e para com o público que me serviu de juiz, assinar aquilo que escrevi”³², como declarou na edição das cartas em livro. Sob pseudônimo ou não, *Ig* alegou que não pretendia escrever um juízo crítico sobre o poema de Magalhães, sob a justificativa de não ter “habilitações, nem tempo para o fazer com a calma e o estudo preciso”³³ e, em meio as suas próprias palavras iniciais, reconhecia que suas críticas poderiam ter ficado severas demais.

Ig iniciou uma polêmica controversia acerca do gênero literário de *A Confederação dos Tamoios*. Para ele, Magalhães escreveu uma epopeia para “cantar os índios” e alegou que usar a forma de Homero para louvar os gregos “não serve” para retratar a América³⁴, em virtude da necessidade de inovação “desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso”³⁵. Portanto, para Alencar, a epopeia não captava o heroísmo idealizado às personagens indígenas, além de considerar o gênero “antigo” como inviável à criação do novo projeto de Nação idealizado pelo movimento romântico, pois não atendia às especificidades do novo Brasil, tampouco realçava as características da natureza brasileira.

Alinhado com essa opinião, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em carta ao imperador, expôs que a narrativa estava “longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopeia nacional

32 ALENCAR, José de. Uma palavra... op. cit. 1856, s./p.

33 ALENCAR, José de. Carta Primeira (18/06/1856)... op. cit., 1856, p. 5.

34 Idem. Carta Segunda (22/06/1856). In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Nacional do Diario, 1856. p. 25.

35 Ibidem, p. 24.

do século de D. Pedro II³⁶. Por extensão, Varnhagen considerava que o poeta “não conhecia, suficientemente, as técnicas de expressão poética”³⁷ necessárias à realização de tal empreendimento. J. d’Alencar também ironizava a forma de apresentação do poema ao mencionar que era composto por “milhares de versos sem harmonia, sem cadência, sem metrificação”³⁸. Como estudioso da língua portuguesa, Alencar reconhecia sua riqueza de expressões, condição capaz de favorecer “a compreensão e fácil inteligência das ideias”³⁹, quando bem articuladas. Apontava que, no poema, Magalhães havia praticado uma narrativa com um “abuso de hiatos e um desalinho de frases”⁴⁰.

Por sua vez, o *Amigo do poeta* (Araújo Porto-Alegre) considerava muito ferrenha a crítica realizada por José d’Alencar, afirmando que, para atender o autor das Cartas, seria necessário apresentar “tudo novo” na *Confederação dos Tamoyos*, desde “assunto, forma, imagem, métrica, e não sei o que mais”, com a proposta de incluir “também uma nova língua!”. Esse argumento denotava certa impaciência para o debate, sob alegação de *Ig* ser desconhecido nos assuntos literários⁴¹, fator que, no olhar de Porto-Alegre, tornava sua crítica pouco conveniente. Opondo-se ao *Amigo do poeta*, o imperador, sob a alcunha de *Outro amigo do poeta*, reconheceu os “defeitos de metrificação”, apesar de não concordar com *Ig* no tocante à existência de erros gramaticais nos versos⁴². Mais tarde, o próprio Magalhães assumiu, na

36 VARNHAGEN apud ALMEIDA, Carlos Eduardo de. Gonçalves de Magalhães e Varnhagen: o debate sobre a nacionalização literária e a questão indígena. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 16, p. 1-17, 2013. p. 11.

37 ALMEIDA, Carlos Eduardo de. Gonçalves de Magalhães... op. cit., p. 11.

38 ALENCAR, José de. Última Carta (14/07/1856). In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Nacional do Diarrio, 1856. p. 51.

39 Idem. O estylo na litteratura brasileira. *Ensaio Litterarios*, São Paulo, n. 2, p. 34-36, 11 ago. 1849. p. 36.

40 Idem. Carta Primeira (18/06/1856)... op. cit., 1856, p. 11.

41 O AMIGO DO POETA. A Confederação dos Tamoyos. Breve Resposta às Cartas do Sr. Ig... No “Diário do Rio”. *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1856. p. 2-3.

42 OUTRO AMIGO DO POETA. Reflexões sobre a Confederação dos Tamoyos assinadas por J. G. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 ago. 1856; ALENCAR, José de. Última Carta (14/07/1856)... op. cit., 1856, p. 52.

segunda edição (1864), que escreveu um poema com “versos soltos”, sem a constante métrica, sob a justificativa de que, “muitas vezes mais trabalho tive em evitar a rima, do que o teria em achá-la”⁴³, e reconheceu que praticara “erros de linguagem, imperfeições do estilo e asperezas, ou frouxidão de alguns versos mal torneados”⁴⁴.

Apesar das críticas à linguagem, o uso de expressões indígenas como “Anhangas” (espíritos maus) e “Maraguigana” (espíritos separados dos corpos)⁴⁵, empreendido por Domingos de Magalhães, aproximava-lhe de Alencar, defensor da incorporação de vocábulos tupis na literatura nacional, sob o argumento de que somente ela fornece o verdadeiro estilo e as imagens poéticas do selvagem⁴⁶, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida⁴⁷. Essa ênfase na prática literária que introduz palavras tupis-guaranis era uma marca do indianismo de José de Alencar, que também se dedicou à elaboração de um dicionário⁴⁸ e se posicionou contrário à ideia de que as expressões nativas eram “mal sonantes” e pouco poéticas⁴⁹. Essa concepção se estendia a outros autores românticos, a exemplo de Gonçalves Dias, que aplicava o dispo-

43 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Advertência In: _____. *A Confederação dos Tamoyos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864. p. XII; XVI.

44 *Ibidem*, p. XII.

45 *Idem*. Notas... op. cit., 1856, p. 4.

46 A adoção do termo *selvagem* por José de Alencar estava associada à oposição entre selvagem/civilizado que frequentemente era utilizada na produção letrada oitocentista em se tratando do indígena. Todavia o vocábulo não pressupunha a exclusão ou a incapacidade do indígena em alcançar a chamada civilidade, mas, sim, o compreendia como “ainda não civilizado”, cabendo ao europeu o papel de incluir o nativo na chamada civilização. Para tanto, os debates letrados e políticos se preocuparam em inserir o indígena na construção do Império do Brasil por meio do estudo do passado dessas populações, além de projetar a viabilidade da catequização do indígena. Cf. TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 781-803, jul./dez. 2012.

47 ALENCAR, José de. Carta ao Dr. Jaguaribe. Agosto de 1865. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nc-twRN>>. Acesso em: 3 set. 2015.

48 ALENCAR, José de. Manuscritos – Caderno XI. Fortaleza: Casa José de Alencar, [18--?].

49 *Idem*. Carta Quarta (05/07/1856)... op. cit., 1856, p. 43.

sitivo de elaboração de dicionários para o estudo da língua tupi com o propósito de marcar a singularidade da literatura do Brasil mediante aquela produzida em Portugal.

Alencar defendia a adoção de termos tupis-guaranis na constituição de textos ficcionais com o objetivo de caracterizar uma escrita brasileira e era enfático ao propor que a literatura não deveria se expressar com frases do “homem civilizado”⁵⁰, ou seja, por meio da língua da antiga metrópole. Esse posicionamento aproximava Alencar também de Varnhagen, que “parece ter sido o precursor das investigações linguísticas”⁵¹ e considerava a linguagem como única fonte confiável para o estudo dos índios. Por extensão, analisava as flexões de verbos e palavras “gregas puras”, em um estudo comparativo entre a língua grega, o egípcio e o tupi, no afã de determinar a origem dos tupis⁵².

A importância da língua também estava associada a outra característica fundamental do romantismo literário: a valorização da natureza do país. Não foi a toa que Magalhães iniciou o poema exaltando o sol, “astro propício que abrilhanta/ Do criado universo altos prodígios”⁵³. A crítica de Alencar em suas impressões de leitura era arrebatadora quanto ao “sol de nossa terra, esse astro cheio de esplendor e de luz”, sob a alegação de que os versos deveriam ter sido mais carregados de entusiasmo e de poesia e recomendava taxativamente que sua inspiração para descrever a natureza brasileira deveria buscar uma “harmonia original, nunca sonhada pela velha literatura

50 ALENCAR, José de. Carta Quarta (05/07/1856). In: _____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos...* op. cit., 1856, p. 43.

51 SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar. Projetos de narrativa constituinte*. 1992. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 56.

52 CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 33-34.

53 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Canto Primeiro. In: _____. *A Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1856. p. 1.

de um velho mundo”⁵⁴. Em defesa de Magalhães, o imperador, *O outro amigo do poeta*⁵⁵, declarou que, apesar das poucas linhas destinadas ao sol, a intencionalidade do poeta era demonstrar a preponderância dele sobre a natureza, como o verso que destacava a importância desse astro para a germinação das sementes. D. Pedro II havia se dedicado com afinco à cultura e à leitura, era um erudito, porém, segundo José Murilo de Carvalho⁵⁶, não foi um sábio, nem um cientista, nem um filósofo. Seus artigos assinados como *Outro Amigo do Poeta*, em defesa de *A Confederação dos Tamoios*, originaram uma série de atritos entre o soberano e Alencar⁵⁷.

Quanto à descrição da paisagem, J. d’Alencar aconselhava a Magalhães que buscasse inspiração nas matas seculares para contemplar as “maravilhas de Deus”, e o crítico era taxativo: preferia lançar mão de sua pena, “mas não a mancharia n’uma poesia menos digna de meu belo e nobre país”⁵⁸. Tamanha era a importância desse tema da natureza na constituição da “cultura escrita” nesse período, que sua abordagem ultrapassava os limites da literatura e adentrava às Ciências Naturais, atraindo os olhares de estrangeiros, cientistas e naturalistas que desejavam estudar a fauna e a flora brasileira, “sobretudo por conta do ineditismo e variedade de espécies nativas”⁵⁹. Tal interesse se estendeu também ao IHGB, que promoveu viagens e excursões ao interior do Brasil, com particular atenção aos diversos

54 ALENCAR, José de. Carta Primeira (18/06/1856)... op. cit., 1856, p. 5-6.

55 OUTRO AMIGO DO POETA. Reflexões sobre a Confederação dos Tamoyos assinadas por J. G. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1856. p. 2-3.

56 CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 231.

57 José de Alencar (1829-1877) escreveu, entre 1865 e 1868, três séries de cartas abertas assinadas com o pseudônimo Erasmo, com atenção a temáticas acerca da Guerra do Paraguai, críticas ao Poder Moderador e emancipação dos escravos. Mais detalhes podem ser obtidos no texto: FERREIRA, Cristina. Ao imperador, novas cartas políticas de Erasmo: José de Alencar e a emancipação dos escravos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PARANÁ, 15., 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPUH/PR, 2016. p. 1-10.

58 ALENCAR, José de. Carta Primeira (18/06/1856)... op. cit., 1856, p. 6-7.

59 FERREIRA; KOEPEL, op. cit., p. 37.

grupos indígenas, com o objetivo de coletar material para subsidiar a escrita da história nacional⁶⁰.

Não por acaso, Machado de Assis considerava *O Guarani* um romance “essencialmente nacional”, permitindo ao leitor visualizar as formas de vida do interior do país no século XVII, embora por intermédio de um “colorido literário” e alguns “toques de imaginação”⁶¹. Essa característica começou a ser gestada por J. d’Alencar pouco antes do lançamento do poema de Magalhães, a partir do estudo e leituras “sobre a natureza e os indígenas do Brasil”⁶². O particular interesse nas diferenças e semelhanças entre o poema e o romance possibilitam elucidar parte da “cultura escrita” do século XIX, sobretudo no período inicial do romantismo. Isso porque na literatura, com frequência, a imaginação é suplantada pelo didatismo, com o objetivo de conferir ao texto literário o crédito necessário, por intermédio de estudos e apropriações de obras escritas por cronistas e viajantes, movimento que deslocava acontecimentos e personagens históricos para o domínio da ficção⁶³. Nesse método de composição literária, história e mito caminham lado a lado, a exemplo das descrições dos indígenas, retratados nos romances com uma boa dose de heroísmo e glórias, no afã de ressaltar um Império exótico e nobre para o Brasil.

60 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 02-27, 1988. p. 19.

61 ASSIS, Machado de. José de Alencar: O Guarani. In: _____. *Obra completa de Machado de Assis*. Vol: III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

62 ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 45.

63 CHARTIER, op. cit., p. 60.

3. O indígena brasileiro entre o testemunho histórico e a poetização

Uma singularidade marcante do poema e do romance⁶⁴ era a recomendação de ambos os literatos para uma leitura crítica dos cronistas, sobretudo em suas referências acerca dos nativos. Magalhães alertava para que esses textos não fossem aceitos cegamente, porque muitos deles apresentavam informações contraditórias a respeito dos indígenas, criando imagens que não coadunavam com hábitos e costumes nativos, com destaque para a relevância que atribuíam ao que denominavam como “ignorância dos selvagens”⁶⁵. José de Alencar indicava a existência da deturpação dos traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens e dos sentimentos mais nobres desses filhos da natureza⁶⁶ nos textos dos cronistas. Exemplo disso recai sobre as falas do fidalgo português, D. Antonio de Mariz, que “conhecia o caráter dos nossos selvagens, tão injustamente caluniados pelos historiadores; e sabia que fora da guerra e da vingança eram generosos, capazes de uma ação grande, e de um estímulo nobre”⁶⁷.

Em relação à citação de cronistas, Magalhães e Alencar mencionaram nas referências: Balthazar da Silva Lisboa (1761-1840), doutor em leis que organizou a revista *Annaes do Rio de Janeiro* em sete volumes, publicada entre 1834 e 1835, com temas relativos ao descobri-

64 Gonçalves de Magalhães utilizou 38 notas no poema, enquanto Alencar citou 74 notas no romance em formato de livro (1857), método utilizado pelos escritores franceses desde o início do período oitocentista. Apesar dessa convergência entre eles, Magalhães utilizou números para referenciar sua bibliografia e comentários durante o poema, enquanto Alencar limitou-se a indicar uma lista de bibliografias utilizadas ao final do capítulo, com explicações mais específicas para termos indígenas e outras particularidades da natureza brasileira.

65 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XXIII, v. 23, p. 3-66, 1860. p. 41.

66 ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 160.

67 Idem. Segunda Parte. In: _____. *O Guarany*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 21.

mento até o início do século XIX brasileiro; Gabriel Soares de Sousa, considerado por Alencar um autor que conhecia o “indígena em todo o seu vigor”⁶⁸, por conta de sua experiência na Bahia no século XVI; Ayres do Casal, historiador e geógrafo português, com uma obra intitulada *Corografia Brasileira* e, por fim, Simão de Vasconcellos, padre jesuíta que escreveu sobre a Companhia de Jesus e sua atuação no período colonial brasileiro.

Magalhães pautou-se em Balthazar da Silva Lisboa para definir o tema central do poema, baseado na saga dos Tamoios contra os portugueses, no afã de conquistar sua liberdade⁶⁹. Além disso, o poeta recorreu a Lisboa para caracterizar uma árvore chamada Putumuju⁷⁰. No quesito descrição da natureza, também foram fundamentais os relatos de Ayres do Casal, em especial quanto às aves, como a Guarará, considerada “uma das mais lindas aves paludais”, cuja primeira “pena é branca; passado algum tempo torna-se negra, e finalmente escarlate, conservando a segunda cor nas extremidades das asas”⁷¹. Ademais, citou o historiador e geógrafo português para tratar da Sucuriuba, serpente que alcançava doze metros de comprimento e “ronca debaixo da água ouvindo algum estrondo fora”⁷², traço referenciado por Magalhães para caracterizar o som decorrente do encontro do rio Amazonas com o mar.

O indígena foi uma personagem importante e centro de interesse para a literatura romântica dos primeiros viajantes que chegaram à América. Magalhães se apropriou das tradições e costumes descritos pelos cronistas, como o padre Simão de Vasconcellos, autor da *Crônica da Companhia de Jesus*, que narra sobre crença e hábitos indí-

68 Idem. Notas. In: _____. *O Guarany*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857. s/p.

69 SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 207.

70 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Notas... op. cit., 1856, p. 3.

71 CASAL, Ayres do. *Corografia brasilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817. p. 47.

72 Ibidem, p. 42.

genas, como a “feitiçaria da Tangapema”⁷³ que, segundo o sacerdote, era utilizada para consultar o futuro em casos de guerra⁷⁴. Essa informação foi utilizada para construir a cena da consulta realizada pelos Tamoios acerca do sucesso ou não do conflito empreendido contra os portugueses no poema⁷⁵. Fundamental nesse processo de criação literária foi o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, texto muito valorizado no século XIX no tocante à temática indígena, porque seu autor reuniu “informações preciosas e perspicazes sobre a terra, a gente e a história das colônias portuguesas que brotavam na América”⁷⁶. De Soares de Sousa, o poeta apropriou-se de dados que auxiliaram na caracterização dos Tamoios, tidos pelo cronista como “valentes e mui belicosos”, possuidores de um corpo grande “e muito robusto” e considerados “grandes músicos”⁷⁷. Descendentes dos Tupis⁷⁸, os Tamoios mantiveram o conflito com os portugueses até a chegada de Mem de Sá, que “os foi lançar fora”⁷⁹ da região posteriormente denominada Rio de Janeiro.

A declaração da ascendência tamoia dos Tupis gerou dúvidas em Alencar, pois havia afirmado em sua carta crítica que “a nação Tamoia era um ramo da grande raça *tapuia*”⁸⁰. Entretanto, quando editou as missivas em formato de livro, em uma das notas de fim indicou a

73 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Notas... op. cit., 1856, p. 13.

74 VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo, em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas Partes do Brasil, dos fundamentos que nelas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas daquele Estado*. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865. p. 151.

75 MAGALHÃES, op. cit., 1856, p. 97-129.

76 MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História*, São Paulo, v. 149, n. 2, p. 109-137, 2003. p. 112.

77 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851. p. 109-110.

78 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Canto Segundo. In: _____. *A Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1856. p. 33.

79 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo...* op. cit., p. 110.

80 ALENCAR, José de. Carta Segunda (22/06/1856)... op. cit., 1856, p. 18.

possibilidade de alguma inexatidão nessa informação, após ter lido “a história do Brasil do sr. Varnhagen”, que corroborava a proposta de Magalhães quanto a essa discussão. Embora tenha reconhecido a incerteza nesse caso, ele acreditava que, “não sendo isto uma obra de história, pode passar sem grande inconveniente uma pequena inexatidão”⁸¹ e, por isso, deixou de realizar correções, mesmo que os estudos indicassem o pertencimento dos Tamoios às “nações tupis”⁸².

Ao publicar *O Guarani*, além dos autores citados por Magalhães, Alencar mencionou outros cronistas e viajantes, como Lamartinière, Auguste de Saint-Hilaire, Frei Veloso, Joseph Gumilla, J. J. Lisboa e Alexander von Humboldt, a quem Alencar recorreu em busca de mais informações acerca da flora e fauna brasileiras e costumes indígenas que subsidiassem sua escrita. Isso era um indicativo do lastro ampliado de leituras na produção de *O Guarani*, em comparação com as opções de Magalhães, em um movimento que buscava tornar crível sua narrativa.

Mesmo que citasse obras utilizadas por Gonçalves de Magalhães, Alencar se apropriou de informações diferentes. Para referenciar elementos da natureza, como o acauã, “um pássaro que devora cobras”, não citado no poema, cujo chilrear era imitado pelos indígenas para afastar as serpentes, Alencar recorreu a Ayres do Casal⁸³, citado em quatro notas ao final do romance, portanto, duas vezes menos que Magalhães. Todavia, a informação trazida por Alencar não correspondia ao que o historiador e geógrafo luso afirmou em seu livro, onde escreveu que o “grito” dessa ave era utilizado por “algumas pessoas de prognóstico a respeito da chuva ou de tempo seco”.⁸⁴ Portanto, não foram localizados dados capazes de legitimar que a imitação de seu canto pelos nativos afastasse as serpentes, ainda que a ave matasse

81 Idem. Notas... op. cit., 1856, p. 5.

82 OS FALANTES do Tupi Antigo: origem, história e distribuição geográfica no passado. Disponível em: <<https://bit.ly/2NfiEm2>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

83 ALENCAR, José de. Notas... op. cit., 1857, s./p.

84 CASAL, op. cit., p. 47.

cobras.⁸⁵ Essa adaptação livre se repetiu em mais uma nota, quando Alencar descreveu a Hirara, “espécie de gato selvagem, indígena do Brasil” e alegou ter sido citado por Casal, muito embora não exista menção ao felino no livro do escritor português. Esses dados inexatos não representavam um total descaso de J. d’Alencar com as citações que referenciavam a obra *Corografia Brasilica*, a exemplo do forçado, arma para caçar onças e a árvore cabureiba, ambas devidamente citadas em notas pelo autor na descrição da paisagem nacional⁸⁶. Isso é prova de que, ao escrever *O Guarani*, Alencar ficcionalizou algumas informações e juízos elaborados⁸⁷ nos relatos de viajantes e cronistas, a exemplo da descrição do nativo Peri, considerado ágil nas corridas, atributo baseado em Gabriel Soares de Sousa, que apontava serem os Goitacazes “mui ligeiros a maravilha de grandes corredores”⁸⁸.

Ao compararmos a mobilização de textos por Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, aparecem diferenças nas formas de apropriação intelectual. Enquanto o primeiro conseguiu dialogar com as informações dos cronistas com exatidão, o segundo, embora tenha citado os mesmos autores, alterou alguns dados nas notas de seu romance. Essa característica não pode ser analisada sob a perspectiva de esquematismos simplistas sobre equívocos ou acertos, afinal de contas, as fronteiras e dimensões entre a história e ficção não eram passíveis de definição na cultura letrada do período. O fato é que Alencar escreveu seu romance histórico por meio da mitificação do indígena, em busca do heroísmo e da idealização⁸⁹. Por sua vez, Magalhães percorreu um caminho contrário e não quis criar novos mitos e novas tradições para não fugir dos fatos, entendendo que a poesia estaria morta caso “só vivesse de mitos, de ficções, de personificações

85 Ibidem, p. 279.

86 Ibidem, p. 40-58.

87 ABREU, Márcia. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 228.

88 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brazil em 1587...* op. cit., p. 59.

89 ALENCAR, José de. *Como e porque...* op. cit., 1893, p. 47.

de ideias, de endeusamento de raça e de mentiras”⁹⁰, como escreveu em carta a Araújo Porto-Alegre.

Todavia, ainda que as críticas de Alencar ao poema de Magalhães indicassem “um esboço de programa de trabalho”, a partir de “ideias mestras que guiariam sua ficção”⁹¹, nem mesmo o próprio autor conseguiu atendê-las na íntegra em *O Guarani*, considerado a “demonstração ‘prática’”⁹² dos temas principais constantes nas críticas à *Confederação dos Tamaios*. Exemplo desse efeito de realidade não concretizado foi sua crítica à descrição do sol que, na opinião de Alencar, deveria ter inspirado mais Magalhães. No poema, o autor citou o astro 34 vezes, enquanto Alencar 45 e, mesmo que quantitativamente tenha sido superior, a primeira aparição do sol no romance não foi poetizada, destacando apenas sua transmutação⁹³. Essa situação mudou no decorrer do texto, como na passagem: “o sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com os seus últimos raios”⁹⁴, e também quando foi comparado à inteligência de Peri, considerada “brilhante como o sol da nossa terra”⁹⁵. Tais modificações contribuem para considerar as escolhas do próprio autor do romance e indicam a necessária atenção à concepção de “cultura escrita” como um conceito dotado de múltiplas facetas, imbricado em instituições e sujeitos interconectados na formulação de escolhas discursivas para a composição textual.

Outro exemplo a ser citado converge com a origem da luta contra os portugueses, citada no poema e motivada pelo sentimento de

90 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves apud FERRETTI, Danilo Jose Zioni. *A Confederação dos Tamaios como escrita da história nacional e da escravidão. História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 171-191, abr. 2015. p. 175.

91 BORGES, op. cit., p. 89.

92 BASTOS, op. cit., p. 250.

93 ALENCAR, José de. Primeira Parte. In: _____. *O Guarany*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diarrio, 1857. p. 14.

94 Ibidem, p. 68.

95 Idem. Segunda Parte... op. cit., 1857, p. 70.

vingança em torno da morte do indígena Camorim,⁹⁶ filho do cacique tamoio. Alencar criticou o uso desse episódio para a abertura de um poema épico, gênero que deveria “abrir-se por um quadro majestoso, por uma cena digna”, e não pela vingança da morte de um nativo, considerado um “fato trivial” e “comum” diante de suas constantes ocorrências nas disputas entre “invasores e os indígenas”⁹⁷. Porém, apesar de criticar o uso do elemento vingança para motivar as ações no poema, esse recurso também foi usado no capítulo XIV de *O Guarani*, intitulado “A índia”⁹⁸, composto pela narrativa da morte de uma nativa Aimoré, assassinada “sem querer”⁹⁹ por d. Diogo de Mariz, filho do fidalgo português. Esse fato desencadeou todo um conflito bélico entre portugueses e Aimorés, que levou à destruição do solar luso e à morte de integrantes da família Mariz, permanecendo com vida apenas Cecília, Peri e d. Diogo, que por tal circunstância havia sido enviado ao Rio de Janeiro à procura de ajuda, embora não tivesse retornado.

Em meio às discussões sobre o indígena do poema, Alencar ressaltou que Magalhães “pouco se importa com a religião dos índios e com suas crenças”¹⁰⁰, não enfatizando nenhuma delas, a não ser em uma passagem, quando o poeta se refere à tangapema¹⁰¹. Ainda assim, embora criticasse a ausência da religiosidade nativa na epopeia, tal deficiência também foi encontrada em *O Guarani*, onde os grupos indígenas são representados como sem religião (Aimorés) e sem atribuição mística (Goitacazes)¹⁰². No entanto, salta aos olhos no romance a ênfase na fé católica, compreendida como requisito indispensável à civilização e demonstrada na passagem em que Cecília queria obter

96 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Canto Primeiro... op. cit., 1856, p. 23-25.

97 ALENCAR, José de. Carta Primeira (18/06/1856)... op. cit., 1856, p. 10.

98 Idem. Primeira Parte... op. cit., 1857, p. 144-155.

99 Idem. Segunda Parte... op. cit., p. 119.

100 Idem. Carta Quarta (05/07/1856)... op. cit., 1856, p. 46.

101 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Notas... op. cit., 1856, p. 13.

102 ALENCAR, José de. Primeira Parte... op. cit., 1857, p. 150.

para Peri “um lugar perto dela na mansão dos justos, aos pés do trono celeste do Criador”¹⁰³. E, também, no episódio da conversão de Peri ao cristianismo¹⁰⁴, ato justificado como responsável por torná-lo digno de salvar a jovem Mariz de ser morta com os pais pelos Aimorés.

Ainda pensando o nativo, Alencar reconheceu que o poeta do imperador não conseguiu fazer Aimbire, o herói indígena, ter uma atuação significativa durante todo o poema, em especial “nos seis primeiros cantos”. Para ele, nessas partes da epopeia, o nativo revelava uma “fraqueza de espírito que não assenta no protagonista de uma grande ação”¹⁰⁵ – diferentemente do que Alencar fez com Peri em *O Guarani*, que tem atuação ativa em todo o romance.

Embora o nativo do poema de Magalhães tenha sucumbido perante o português para dar espaço à construção da cidade do Rio de Janeiro, a resistência demonstrada por ele aos lusos indicava o antilutitanismo típico dos anos que se seguiram à independência. Ao final do poema, Aimbire e Iguassú, protagonistas indígenas, preferem se sacrificar a se submeter aos mandos dos lusos. Para Magalhães, sem o conflito com os indígenas e os franceses, não teria sido necessário apressar Mem de Sá na fundação do Rio de Janeiro. Com a morte dos protagonistas nativos, o poeta declarou que a vitória era da civilização e do futuro¹⁰⁶, em uma proposta narrativa voltada ao extermínio dos heróis indígenas, em detrimento da civilidade personificada na origem fundacional do Rio de Janeiro, futura capital do Império independente.

Ao destacar a luta pela liberdade, o indígena surgia como herói e vítima de um processo que o atropelava¹⁰⁷, o que desagradava Francisco Adolfo de Varnhagen. Para o historiador, o nativo era uma espécie de fator de impedimento ao desenvolvimento nacional, ao consi-

103 Idem. Epílogo. In: _____. *O Guarany*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 152.

104 Idem. Quarta Parte... op. cit., p. 103.

105 Idem. *Última Carta (14/07/1856)*... op. cit., 1856, p. 56.

106 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Notas... op. cit., 1864, p. 53.

107 SCHWARCZ, op. cit., p. 209.

derá-los “completamente inúteis ou, antes, prejudiciais”¹⁰⁸. Portanto Varnhagen defendia sua exclusão social pautado na justificativa de que os nativos eram destituídos de cidadania, em virtude de não cumprirem “nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beijos furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme etc.”¹⁰⁹. Magalhães não concordava com a opinião expressada por Varnhagen em relação ao indígena, embora acreditasse que os nativos se encontrassem em “estado de decadência”, ou seja, eram considerados “formas decaídas de civilizações anteriores”.

Magalhães procurava o estabelecimento de uma igualdade entre os homens, que se estenderia tanto às origens como às capacidades de desenvolvimento¹¹⁰, porque acreditava que “a selvageria completa é uma ficção”. Tal ideia estava relacionada ao fato de que o homem “tende sempre a sair voluntária e instintivamente”¹¹¹ do chamado estado “selvagem”. Portanto, para Magalhães, o nativo brasileiro não seria um ser incapaz, como pregava Varnhagen, citado por Magalhães apenas na segunda edição do poema, em 1864, com o objetivo de refutar as opiniões do historiador que, “tomando a peito, em honra da civilização” justificava “as barbaridades praticadas pelos primeiros colonos europeus contra os indígenas de nossa América”. Desse modo, o poeta não posicionava portugueses ao lado da civilidade e os nativos na barbárie, mas, sim, destacava a resistência ao “cativeiro e a força bruta dos invasores, que das veias lhes tiravam o ouro vermelho”, pois, para ele, “amar a civilização” não justificaria atitudes violentas e a intolerância, sustentando que, se eles não fossem perse-

108 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial organico oferecido à nação. Tomo I: parte primeira. O *Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Literaria*, Rio de Janeiro, 1850. p. 357.

109 *Ibidem*, p. 393.

110 TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 95-99.

111 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os Indígenas do Brasil Perante a História... op. cit., p. 37.

guidos ou afugentados dos centros civilizados, estariam já mesclados à população¹¹².

Esses debates são evidências de que, no projeto de elaboração da cultura escrita nacional, o indígena ocupou lugar de destaque nas narrativas literárias. Na pena romântica de Alencar, o nativo figurou como um “sinal de identificação para todos os brasileiros”¹¹³, percebido no romance *O Guarani* pela união de Peri e Cecília, após a morte de sua família. Dessa forma, esse sacrifício português representaria a necessidade de desmobilização da cultura lusa “para que a nação brasileira renasça das cinzas”, sob a ótica de encerrar “uma vitória eventual do modelo português no solo brasileiro”¹¹⁴, no afã de evidenciar a presença indígena na formação nacional¹¹⁵. Tal proposta também se aplica à análise da trajetória de Peri, que abandonou seu povo e sua mãe para ficar ao lado de Cecília¹¹⁶, situação que indica uma entrega incondicional do índio ao branco, implicando sacrifício e abandono da sua pertença à tribo de origem, daí a expressão cunhada por Alfredo Bosi: “mito sacrificial”¹¹⁷.

Essa tese não foi corroborada por Varnhagen, contrário ao indianismo romântico e combativo à ideia de que “nossos antigos índios são os verdadeiros brasileiros” e “legítimos representantes, no passado, da nacionalidade atual”¹¹⁸. Isso porque sua opinião considerava que os indígenas “viviam em condições de barbárie e de atraso”, portanto defendia com afinco o ideal de vincular a nacionalidade

112 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Notas...* op. cit., 1864, p. 351-353.

113 CANDIDO, Antonio. *A literatura durante o Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 404. Tomo II: o Brasil monárquico. v. 5: reações e transações.

114 ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992. p. 81-82.

115 SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 177.

116 ALENCAR, José de. *Segunda Parte...* op. cit., 1857, p. 52.

117 BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 178-179.

118 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1857. p. XV. Tomo II.

brasileira aos colonizadores brancos¹¹⁹. Embora Alencar tenha referenciado o historiador em *O Guarani*, seu uso foi direcionado à caracterização de costumes e práticas indígenas, como o companheirismo do cão e o ritual da antropofagia praticado pelos Aimorés, além de ter recorrido a Varnhagen para falar do projeto de vinda da corte portuguesa ao Brasil¹²⁰. Assim suas apropriações foram de temas específicos, e a ênfase da união lusa e indígena no romance sugerem que Alencar não corroborava o posicionamento de Varnhagen em relação ao nativo.

Em *O Guarani*, o indígena foi descrito em tons românticos e “em íntima comunhão com o colonizador”, representada pela submissão, conversão religiosa e renomeação do indígena à cultura portuguesa¹²¹. Para Alfredo Bosi, o importante é perceber “como a figura do índio, belo, forte e livre se modelou em um regime de combinação com a franca apologia do colonizador”, apesar dessa relação contrariar a história da ocupação portuguesa¹²². Por conseguinte, Alencar procurou harmonizar as diferenças, sem agudizar os conflitos¹²³ entre europeus e indígenas, com o objetivo de poetizar e fomentar o “advento de uma nova ‘raça’ brasileira”¹²⁴ por meio da união entre nativos e portugueses, evidenciando a decisão de Cecília de permanecer ao lado de Peri na mata, que posteriormente tornou-se o Rio de Janeiro, local onde ela havia passado “toda a sua vida, todos os seus belos dias, todos os seus prazeres infantis”¹²⁵. Essa nova nacionalidade justificada por Alencar era uma ideia que o aproximava da interpretação de von Martius, responsável por considerar a *mestiçagem* como a matriz

119 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 210.

120 ALENCAR, José de. Notas... op. cit., 1857, s/p.

121 BOSI, op. cit., p. 177.

122 Ibidem, p. 179.

123 BASTOS, Alcmemo. Alencar e o índio... op. cit., 2012, p. 60.

124 ENDERS, op. cit., 2014, p. 100.

125 ALENCAR, José de. Epílogo... op. cit., 1857, p. 151.

da brasilidade¹²⁶. O *Guarani* valorizava as relações pacíficas entre nativos e portugueses em torno da conciliação entre ambos, constituindo uma alegoria ao momento político que cercava a publicação do romance.

A descrição dos indígenas em *O Guarani* é resultado da idealização, justificada pela tentativa de reabilitar a imagem do nativo da “crosta grosseira”¹²⁷ imputada por cronistas e relatos de viajantes, e compartilhada por D. Lauriana, esposa de D. Antonio de Mariz, que acreditava que “essa casta de gente, que nem gente é, só pode viver bem nos matos”¹²⁸. Assim, Alencar conciliou e romantizou as relações entre europeus e indígenas, diferentemente de Gonçalves de Magalhães na *Confederação dos Tamoios*, em que aparecia um conflito marcado entre os portugueses, considerados “ferozes” e “ingratos” pelos Tamoios, em virtude de terem imposto a eles a escravidão e tomado suas terras¹²⁹. Isso porque, ao contrário de Alencar, que defendia a poetização das relações, Magalhães enfatizava a “disposição moral do colono”¹³⁰ em reduzir o indígena a esta “torpe ambição, infame crueldade”¹³¹, considerada pelo autor um crime, aproximando o poema do “testemunho da história”¹³².

4. Considerações finais

A polêmica literária em torno do poema *A Confederação dos Tamoios*, escrito por Gonçalves de Magalhães, confirmou a preocupação e a formulação de uma literatura engajada com os debates do Brasil

126 SOMMER, Doris. Ficções de fundação... op. cit., p. 179.

127 ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista... op. cit., p. 47.

128 Idem. Primeira Parte... op. cit., 1857, p. 133.

129 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Canto Primeiro... op. cit., 1856, p. 26.

130 FERRETTI, Danilo Jose Zioni. *A Confederação dos Tamoios*... op. cit., p. 182.

131 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Canto Primeiro... op. cit., p. 10.

132 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves apud FERRETTI, Danilo Jose Zioni. *A Confederação dos Tamoios*... op. cit., p. 175.

nação. Os pontos levantados pela crítica alencariana diziam respeito a um momento de definição da literatura nacional, por intermédio da simbólica exaltação do indígena, apontando para o enfraquecimento de gêneros ditos “clássicos”, a exemplo da epopeia, na composição da literatura nacional. Essa interpretação permitiu aos estudos sobre a polêmica literária conceberem as críticas como uma proposta a ser adotada pelo letrado na escrita de *O Guarani* (1857). Contudo, nesse romance, Alencar não deu conta de realizar uma narrativa romântica capaz de escapar às próprias armadilhas criticadas por ele nas cartas assinadas sob o pseudônimo *Ig*, em que se reportava à falta da poetização do sol e à negligência quanto à religiosidade indígena, temas caros ao romantismo literário do século XIX.

Na esteira dos debates oitocentistas, o nativo figurou como central para as narrativas românticas, a partir da leitura dos textos de cronistas coloniais e historiadores, apontando para a proximidade entre história e literatura na composição textual das origens míticas brasileiras. Tanto Alencar quanto Magalhães explicitaram as leituras que fundamentaram os textos literários, além de se posicionarem como críticos quanto às descrições dos indígenas feitas pelos cronistas. Ambos discordavam da caracterização do nativo como “selvagem”, com o objetivo de viabilizar sua posição como integrante do passado brasileiro. Esse movimento não se restringiu à literatura, mas compôs os debates historiográficos empreendidos no IHGB por meio de pesquisas e produções textuais a respeito da posição ocupada pelo indígena na história do Brasil.

Todavia, embora os letrados Alencar e Magalhães concordassem quanto à necessidade da afirmação do indígena nas narrativas do passado que comporiam a nova nação brasileira, ambos sustentavam posições diferentes em seus textos literários. José de Alencar enfatizava a idealização e exaltação do nativo, no afã de retirar o peso negativo atribuído pelos cronistas, sem atrelar tal situação às mortes e sacrifícios, na intenção de tornar possível a vinculação entre indígenas e portugueses em uma provável origem mítica do Brasil. Para o romancista, as raízes brasileiras estavam intimamente imbricadas à união pacífica entre portugueses e indígenas, viabilizada mediante

a mestiçagem ou miscigenação simbólica, como apresentado em *O Guarani* e, posteriormente, em *Iracema*. Cecília e Peri representavam a união mítica que geraria o “tipo brasileiro”, inteiramente diferente dos lusos, excluindo a hegemonia portuguesa do passado, como previa o discurso do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.

Por outro lado, Magalhães discordava da idealização do indígena, defendendo que o poema deveria se sustentar nas crenças e tradições dos índios do Brasil, sem a intenção de novos mitos, a partir do que considerava o testemunho da história. Logo, ao trazer como enredo um conflito bélico entre lusos e indígenas, o poeta evidenciava as contendas entre esses grupos. E, ainda que Alencar também tivesse encenado um enfrentamento entre ambos, seu projeto previa que o indígena, aliado ao português, sobrevivesse e compusesse a origem mítica brasileira. Ao contrário de Magalhães, que enfatizou a resistência indígena à escravização e o processo que culminou na morte de muitos índios pela mão lusitana, evidenciando um nativo determinado a proteger seus interesses, mesmo que isso custasse sua vida.

Como o poeta defendia a necessidade de permanecer fiel aos fatos históricos, ele referenciava o massacre indígena pelos europeus no passado brasileiro, enfatizando em sua narrativa o sacrifício dos nativos ao longo da História do Brasil. Esse posicionamento estava imbricado à concepção de história na condição de *magistra vitae*, ou seja, voltada a uma narrativa instrumentalizadora e fornecedora de exemplos para o presente. Não foi à toa que fez uma crítica ao livro *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, defensor do uso da violência contra os indígenas. Gonçalves de Magalhães, imbuído dos princípios de história voltados às lições morais e políticas para corrigir os erros do passado e aperfeiçoar a ordem social, salientava o fracasso resultante do uso da força física contra os indígenas na história brasileira. Para tanto, manifestava-se em favor do aldeamento e da catequização como um dever imposto pelo patriotismo, sustentando com veemência que essa seria a forma mais eficaz de integração do indígena à população brasileira. Portanto, poetizado ou não, o nativo ocupou lugar de destaque entre estes autores românticos que, por meio de textos ficcionais, contribuíam para a elabora-

ção de diferentes narrativas para o lugar dos indígenas nas origens da nação brasileira.

Referências

Fontes

Periódicos

- CORREIO DA TARDE, Rio de Janeiro, p. 2-3, 23 jul. 1856.
- MINERVA BRASILIENSE, JORNAL DE SCIENCIAS, LETRAS E ARTES, 1843.
- NITHEROY, REVISTA BRASILIENSE. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.
- NOTÍCIAS diversas. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 fev. 1855.
- O ESTYLO NA LITTERATURA BRASILEIRA. *Ensaio Litterarios*, São Paulo, n. 2, p. 34-36, 11 ago. 1849.
- O GUANABARA: REVISTA MENSAL ARTISTICA, SCIENTIFICA E LITERARIA, 1850.
- OUTRO AMIGO DO POETA. Reflexões sobre a Confederação dos Tamoyos assinadas por J. G. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2-34, ago. 1856.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1860.
- ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Nacional do Diario, 1856.
- _____. Carta ao dr. Jaguaribe. Ago. 1865. Disponível em: <<https://bit.ly/2N95ZRM>>. Acesso em: 3 set. 2015.
- _____. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.
- _____. Manuscritos – Caderno XI. Fortaleza: Casa José de Alencar, [18--?].
- _____. *O Guarany*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857.
- _____. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.
- ASSIS, Machado de. José de Alencar: O Guarani. In: _____. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Disponível em:

- <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/85_db3acecf34e1fdb1df8a3effc98ec85e. Acesso em: 3 nov. 2015.
- CASAL, Ayres do. *Corografia brasilica ou relação historico-geografica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, Revista Brasiliense*, Paris, n. 1, p. 132-159, 1836.
- _____. *A Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1856.
- _____. *A Confederação dos Tamoyos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. Tomo I: parte primeira. *O Guanabara: Revista Mensal Artistica, Scientifica e Literaria*, Rio de Janeiro, 1850.
- _____. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em caza de E. e H. Laemmert, 1857. Tomo II.
- VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo, em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas Partes do Brasil, dos fundamentos que nelas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas daquele Estado*. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

Bibliografias

- ABREU, Márcia. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 227-255.
- ALMEIDA, Carlos Eduardo de. Gonçalves de Magalhães e Varnhagen: o debate sobre a nacionalização literária e a questão indígena. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 16, p. 1-17, 2013.
- BASTOS, Alcmemo. Alencar e o índio do seu tempo. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 49-63, jul./dez. 2012.

- _____. *Alencar, o combatente das letras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- BORGES, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 85-114, 2011.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 399-413. Tomo II: O Brasil monárquico. v. 5: Reações e transações.
- _____. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29-41.
- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- COUTINHO, Afrânio. Definição e caracteres da literatura brasileira. *Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, [19--]. Disponível em: <<https://bit.ly/2BHIQ4A>>. Acesso em 10 dez. 2018.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ENDERS, Armelle. *Vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FERREIRA, Cristina. José de Alencar e as Cartas de Erasmo sobre a emancipação dos escravos (1867). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PARANÁ, 15., 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPUH/PR, 2016. p. 1-10.
- FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabricio. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

- FERRETTI, Danilo Jose Zioni. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 171-191, abr. 2015.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 9-24.
- _____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XXIII, v. 23, p. 3-66, 1860.
- MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins, 1965.
- MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: da era Colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História*, São Paulo, v. 149, n. 2, p. 109-137, 2003.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37-48, 2006.
- OLIVEIRA, José Quintão de. Apresentação de um jovem escritor: José de Alencar nos ensaios literários. *Remate de Males*, Campinas, v. 36, n. 2, p. 625-645, jul./dez. 2016.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.
- OS FALANTES do tupi antigo: origem, história e distribuição geográfica no passado. Disponível em: <<https://bit.ly/2NfiEm2>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

- PEREIRA, Marcos Paulo Torres. Das cartas sobre a Confederação dos Tamoiós à fundação do romance brasileiro: caminhos de um gênero nascente. *Letras Escreve*, Macapá, v. 4, n. 1, p. 53-65, 2014.
- REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar. Projetos de narrativa constituinte*. 1992. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SILVA, Sandra Mara Alves da. O belo horrível na literatura indianista de José de Alencar. *Miguilim: Revista Eletrônica do Netlli*, Cariri, v. 3, n. 3, p. 93-108, dez. 2014.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 86-113.
- _____. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 781-803, jul./dez. 2012.
- VIANA, Maria Rita Drumond. “*Não se pode lutar uma batalha com sussurros*”: a prática epistolar de W. B. Yeats e sua correspondência para periódicos no século XIX. 2015. 320 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Recebido em: 13/06/2018 – Aprovado em: 20/02/2019

